

ACADEMIA ESTUDANTIL DE LETRAS (AEL): reflexões sobre políticas públicas em prol da formação do leitor na Rede Municipal de Ensino de São Paulo

Izabel Cristina Macedo Amaral¹

Eixo temático: 1- Alfabetização e políticas públicas.

Resumo: Este artigo tem como foco discutir, a partir das contribuições dos Estudos do Letramento², uma das estratégias voltadas à formação de leitores na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP). A estratégia em questão implica a implementação da Academia Estudantil de Letras (AEL) nas escolas municipais, que manifestarem interesse em fundá-la, a fim de promover oportunidades de leitura e fruição de textos literários, além da ampliação do repertório de leituras com obras e autores da literatura nacional e internacional. Com metodologia de caráter qualitativo, pretende estudar os impactos da implementação da AEL no processo de alfabetização e de letramento, bem como levantar reflexões sobre o processo de formação do leitor, suas dificuldades e possibilidades.

Palavras-chaves: Letramento; formação do leitor; políticas públicas.

Introdução

Segundo a pesquisa “Retratos de Leitura no Brasil” (FAILLA, 2016)³, desenvolvida pelo Instituto Pró-Livro, 44% da população brasileira ainda é considerada não leitora e há um progressivo aumento no número de pessoas que afirmam ter dificuldade para ler.

Essas dificuldades também são contempladas por estudos que analisam os resultados das avaliações externas à escola, que apontam para uma quebra de expectativas em relação ao papel dessa agência de letramento. Tal agência deveria promover oportunidades a todos para ampliação do repertório de práticas de uso da linguagem escrita, para o desenvolvimento de capacidades e aquisição de disposições positivas frente à oralidade, à leitura e à produção de textos. Tanto o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) indicam que a proficiência de

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Guarulhos, São Paulo, Brasil. Av. Monteiro Lobato, 679. CEP 07112-000. Contato: crisletras86@gmail.com

² Cf (BUNZEN, 2010; STREET, 2004, 2014; KLEIMAN, 1995).

³ Segundo Failla (2016), para ser considerado leitor, o indivíduo precisava ter lido, ao menos, 1 livro inteiro ou partes, nos últimos 3 meses anteriores à realização da pesquisa.

leitura dos alunos da Educação Básica tem permanecido aquém do esperado, uma vez que muitos deles não são capazes de ler com fluência diversos gêneros textuais. (COSCARELLI, RIBEIRO, BONAMINO, 2015).

Esses dados nos levam a questionar o papel da escola, das práticas de letramento, bem como das políticas públicas educacionais, seus efeitos e significados para os que dela usufruem nesse âmbito de socialização. Nesse sentido, este artigo, à luz da literatura sobre os Estudos do Letramento (BUNZEN, 2010; STREET, B., 2004, 2014; KLEIMAN, 1995), traz uma investigação, de caráter qualitativo, sobre uma das estratégias de política pública desenvolvida em uma das maiores redes municipais de ensino do país: o projeto Academia Estudantil de Letras (AEL).

2 Alfabetização, Letramento e a formação de leitores na escola

A partir da análise dos resultados obtidos na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), antiga Prova Brasil, que verifica o rendimento dos estudantes de escolas públicas de Ensino Fundamental nas áreas de Língua Portuguesa (com foco em leitura) e em Matemática (com foco em resolução de problemas), no período de 2007 a 2017, Alves e Ferrão (2019) constataram um avanço considerável, obtido por alunos do Ensino Fundamental, mas não o suficiente, tendo em vista os resultados referentes à proficiência em leitura, demonstrando que a soma dos percentuais de alunos que atingiram o nível adequado e avançado no 5º ano e no 9º ano foi de 57% e 35%, respectivamente. Esses dados indicam que seus rendimentos estão bem abaixo do percentual de 70%, proposto pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Mediante o expressivo número de alunos que apresentam dificuldades de leitura e compreensão de texto, bem como os altos índices de reprovação, várias pesquisas passaram a ser realizadas na área de Alfabetização e Letramento.

Segundo Soares (2004), uma das maiores autoridades do Brasil nessa área, a alfabetização pode ser definida como “o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e as habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia [...] para exercer a arte e ciência da escrita” (SOARES, 2004, p. 91).

Já o fenômeno do letramento, de acordo com Kleiman (1995), uma das precursoras dos Novos Estudos do Letramento na Linguística Aplicada no Brasil, vai além do aprendizado da escrita propriamente dito, de modo que as crianças podem ser letradas mesmo sem serem alfabetizadas, uma vez que participam de eventos de letramento como ouvir estorinhas. Kleiman (1995) define letramento como o conjunto de práticas sociais, historicamente situadas

que, por si só, não têm o poder de propiciar o desenvolvimento cognitivo ou a mobilidade social. Portanto, são práticas “de leitura e de escrita, entretidas por relações de poder, por fenômenos de legitimidade e de desigualdade [...]” (STREET, 2014, p. 44).

A referida pesquisadora ressalta ainda que esse fenômeno vai além do mundo da escrita, o que não é priorizado pela escola. Embora, seja considerada a principal agência de letramento pela maioria das sociedades, apresenta defasagens no tocante à formação dos leitores e produtores de texto. Mortatti (2014) assevera que a maioria dos brasileiros aprende a ler na escola, onde

[...] tendem a ser moldados indelévels “comportamentos leitores” extra- - escolares e pós-escolares, resultantes da promoção e rotinização de [...] práticas burocratizadas e banalizadas de leitura do texto [literário]. Por isso é nesse espaço institucional que mais se podem (de)formar leitores, adaptando-os àquelas necessidades pragmáticas da leitura e achatando seus horizontes de expectativas, por meio da repetição cotidiana de incessantes exercícios de “mesmidade” [...] (MORTATTI, 2007b, p. 10 apud MORTATTI, 2014, p. 33).

Nesse sentido, a autora revela que, muitas vezes, a escola restringe a leitura a um mero exercício escolarizado, não considerando os leitores como sujeitos nesse processo, negando-lhes o direito à literatura.

Tal perspectiva também está presente nas discussões de Dionísio (2006, p.62) sobre a formação do leitor na escola. Ela aborda o fato dessa instituição impor a manutenção do silêncio e também tratar o leitor como um “recipiente”, de modo que os alunos são considerados como simples receptores dos saberes advindos do livro. Suas constatações, a partir da análise do acervo de textos contidos em livros didáticos e das propostas pedagógicas em torno do gênero literário, dialogam com o que Freire (1987, p. 39) designa “Educação Bancária”, uma concepção que corrobora para opressão, já que delega aos educandos uma função passiva diante da transmissão de saberes depositados pelo professor.

2.1 A escola e as políticas públicas de letramento

Tendo em vista o conceito “Otimismo Crítico”, apresentado por Cortella (1997), que defende o poder transformador da educação, sem, contudo, nutrir a ingenuidade de que ela sozinha possa resolver todas as mazelas da sociedade; contata-se a necessidade de implementação de políticas públicas que propiciem a cada estudante desenvolver-se de forma integral e descobrir-se criticamente “como fazedor desse mundo da cultura” (FREIRE, 1967, p.108).

Nesse sentido, Araújo (2013) defende a importância de políticas em prol da formação de leitores, em sua pesquisa sobre o programa nacional *Literatura em Minha Casa* analisa

uma possibilidade para viabilizar a disponibilidade, o acesso e a apropriação da leitura. O intuito do programa foi o de incentivar a leitura dos estudantes e de seus familiares, além da troca dos livros entre os alunos, por meio da distribuição de acervos ao corpo discente e às bibliotecas escolares. A autora conclui que não basta garantir a disponibilidade dos livros, é preciso investir em políticas públicas que proporcionem ações de mediação de leitura para possibilitar a apropriação das obras literárias pelo sujeito. Araújo (2013) afirma que é no processo de apropriação que o encontro entre o leitor e o livro se concretiza, o que é favorecido pela mediação, que fortalece as comunidades leitoras, de modo a formar novos leitores e facilitar a ampliação do repertório literário dos participantes.

A autora evidencia ainda que as políticas de promoção da leitura precisam focar o fortalecimento do papel da escola como formadora de leitores, de modo que essa instituição possa entregar os livros aos alunos; bem como assegurar a viabilização de espaços coletivos, como o das bibliotecas. Essas políticas, segundo a autora, são essenciais para que haja a democratização da leitura.

2.2 AEL – um dos projetos de Política pública da RMESP

A AEL é uma academia de Letras que funciona como a Academia Brasileira de Letras, mas em um formato adaptado para o público infantojuvenil. Constitui-se uma estratégia de política pública, desenvolvida na RMESP, implementada, preferencialmente, nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs).

O projeto ocorre no contraturno das aulas. Os alunos interessados, depois de passarem por um processo de inscrição, são convidados a participarem de dois encontros semanais de duas horas-aula: um voltado para estudos literários e o outro para oficinas teatrais. Assim que iniciam essa trajetória no AEL, os estudantes recebem a Pasta do Acadêmico e são apresentados a inúmeros autores, para que possam escolher quem será seu(sua) amigo(a) literário(a). Nesse percurso, conhecem várias obras literárias de diversas formas, são incentivados a pesquisar, a escrever contos, crônicas, poemas, biografias e a apresentar seminários sobre seu autor(a) escolhido(a), além de realizarem ações de mediação de leitura com a comunidade escolar, participarem de visitas culturais a bibliotecas, museus etc., realizarem apresentações artísticas inspiradas em obras literárias em eventos, como a Festa Anual de Posse e a Semana da Arte Moderna.

Nesse sentido, a AEL tem como principais objetivos fomentar o gosto pela literatura; promover a ampliação do repertório cultural; possibilitar o desenvolvimento da autoestima,

bem como a inclusão social dos estudantes, além de corroborar com o aprimoramento da formação crítica, humanística e científica, bem como das competências leitora e escritora do corpo discente (SME, 2015).

A ideia de fundar uma Academia de Letras no universo escolar nasceu do anseio da professora de Língua Portuguesa Maria Sueli Fonseca Gonçalves (Suelizinha) de desenvolver um projeto que promovesse a paz, o respeito, a convivência harmoniosa na escola, além da superação das dificuldades de leitura e escrita, identificadas em grande parte dos alunos dos primeiros anos do Ensino Fundamental II. Sendo assim, à luz da concepção de Candido (1995) que defende a Literatura como direito de todos, que tem o papel de humanizar os indivíduos, “Suelizinha” criou o projeto “Poesia: um atalho para a Paz”, no qual adotou como estratégia a utilização de obras literárias “como fator de humanização e de resgate de valores” (GONÇALVES, 2020, p. 6).

Na esperança de poder amenizar os conflitos existentes, além de propiciar o desenvolvimento das aprendizagens, “Suelizinha” convidava seus alunos para que, uma vez por semana, pudessem participar de reuniões, feitas no contraturno, na área externa da escola, à sombra dos eucaliptos com a finalidade de ler e conversar a respeito de Literatura.

A princípio, um grupo pequeno de estudantes manifestou interesse, mas, com o passar do tempo, mais alunos quiseram participar. O aumento de interessados, bem como as mudanças no desempenho escolar dos participantes fez com que a educadora não desistisse perante as dificuldades e sonhasse com novas possibilidades, culminando, em 2005, com a fundação da primeira Academia Estudantil de Letras, na EMEF Padre Antônio Vieira.

O projeto fez sucesso tanto fora como dentro da escola: o número de alunos interessados em participar aumentou ainda mais; a professora Suelizinha recebeu prêmios como “Paulo Freire (2006)”. Por conta disso, foi convidada para corroborar com a expansão do projeto para outras unidades escolares, compondo, em 2006, a equipe da Diretoria de Orientação Técnico-Pedagógica da Diretoria Regional de Educação da Penha, e, em 2015, a equipe da Secretaria Municipal de Educação responsável pelo AEL. O projeto passou a ser regulamentado pela portaria Nº 5.296 (SÃO PAULO, 2015) e outras legislações específicas.

Atualmente, há academias fundadas em várias unidades escolares, conforme o gráfico a seguir:

Figura 1 - Gráfico de Expansão da AEL



(Fonte: VAZ, 2020, p. 11)

3 Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pois tem como foco entender como o projeto Academia Estudantil de Letras se desenvolve nas escolas municipais da RMESP.

Segundo Lankshear e Knobel (2009), em uma pesquisa de abordagem qualitativa, as descrições são interpretadas a partir de uma concepção teórica, nesse sentido, este trabalho foi desenvolvido a partir de um quadro teórico-metodológico advindo dos Estudos do Letramento.

Os instrumentos metodológicos empregados foram análises de fonte documental, por meio do acesso à legislação, regulamentação e prescrições didáticas para o estabelecimento do AEL, publicações e materiais audiovisuais que registravam os eventos e as práticas desenvolvidas no projeto.

4 Resultados e Discussão

Por meio dos depoimentos de alguns dos participantes da AEL, concedidos à “Revista Magistério” (SME, 2021), foi constatado que a AEL é vista como espaço de convivência que pode colaborar para uma melhoria das aprendizagens e das relações interpessoais na escola em que é implementada, além de possibilitar a democratização da literatura através de parcerias com o Programa Sala de Leitura, que promove o empréstimo de vários livros, garantindo assim a disponibilidade e o acesso a essas obras.

Vale ressaltar que através de análise de alguns eventos promovidos pela AEL durante a Pandemia, como saraus virtuais, pôde-se observar uma estreita relação entre Literatura e as múltiplas linguagens, por meio de apresentações de teatro, artes visuais, poesia e música, feitas pelos alunos acadêmicos; além de se perceber a autonomia dos participantes que declamaram ou leram poemas autorais, bem como uma participação efetiva das famílias desses estudantes. Constata-se, portanto, a mobilização do projeto em prol do protagonismo dos alunos que são tratados como atores capazes de produzir e apresentar suas

próprias poesias.

Nesse sentido, possibilita estratégias diferenciadas em prol do acesso, da disponibilidade e da apropriação das obras literárias, contribuindo com o processo de alfabetização e letramento não apenas do grupo de alunos participantes, mas de toda a comunidade escolar, uma vez que ela se constitui como público-alvo das ações de mediação de leitura desenvolvidas pelos acadêmicos.

Contudo, apenas a implementação da AEL não pode garantir aos seus participantes a ascensão social, nem resolve os problemas de desigualdades do acesso à leitura e à escrita que estão associados à desigualdade social. Afinal, ler assim como sonhar são ações de uma mente que não se encontra separada de um corpo, de modo que é essencial garantir os direitos em prol da vida digna, além da educação de qualidade (Hernandez, 2005).

5 Considerações Finais

Apesar de defender o poder transformador e libertador da educação, Freire (1980) acreditava que sozinha não alcançaria tal feito, o estabelecimento de políticas públicas seria necessário.

O projeto AEL, como parte de uma política pública de letramento da RMESP, corrobora para promover o acesso a objetos dados a ler e a certas práticas de leitura literária, de modo a desenvolver as competências leitora e escritora dos alunos. Entretanto, para que o indivíduo possa se enxergar como sujeito capaz de escrever a sua própria história e a do mundo, outras políticas públicas são essenciais, garantindo à população condições materiais para se tornarem leitores e cidadãos atuantes, dispostos a empregarem suas vozes, esforços e saberes em prol do fortalecimento de sua história e identidade.

Referências

ALVES, M. T. G.; FERRÃO, M. E. Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 75, p.688-720, set./dez. 2019. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ea/article/view/6298>. Acesso em: 22 set. 2020.

ARAÚJO, Maria J. de G. M. Disponibilidade, aceso e apropriação da leitura no programa "Literatura em minha casa". **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 02, p. 225-252, jun. 2013.

BUNZEN, C. Os significados do letramento escolar como uma prática sociocultural. In: VÓVIO, C.L.; SITO, L.; DE GRANDE, P. B. (Orgs.) **Letramentos**: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

CORTELLA, Mário S. **A escola e o conhecimento**: Fundamentos epistemológicos e políticos dessa relação. 1997. 150 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC, São Paulo, 1997.

COSCARELI, C. V.; RIBEIRO, A. E.; BONAMINO, A. Alfabetismo e leitura no PISA, no ENEM e no INAF: comparando concepções e alcances em matrizes de referência de avaliações de larga escala. In: RIBEIRO, V.M; LIMA, A. L. I; BATISTA, A. A. G. **Alfabetismo e letramento no Brasil**: 10 anos do INAF. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DIONISIO, Maria de Lourdes. Facetas da literacia: processos da construção do sujeito letrado. **Educ. rev.** [online]. n.44, p.41-67, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/n44/a03n44.pdf>. Acesso em: 22/09/2020.

FAILLA, Zoara (Org.) **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONÇALVES, Maria Sueli Fonseca. AEL: Um projeto, uma paixão. **Revista Magistério**. São Paulo, SME / COPED, n. 11, p. 4-8, 2020.

HERNÁNDEZ, G; KALMAN, Judith “Pobres pero leídos: La familia (marginada) y la lectura em México. In: **Origen social de la palabra propia, el / Pobres pero leídos**: la familia (marginada y la lectura en Mexico). 1. ed. Ciudad de Mexico: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2005.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras.1995.

LANKSHEAR, C. ; KNOBEL, M. **Pesquisa pedagógica**: do projeto à implementação. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MORTATTI , Maria do R. L. Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 52, p. 23-43, abr./jun. 2014.

RIBEIRO, Vanda. Que princípio de justiça para a educação básica? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.44, n.154, p.1094-1109, out./dez. 2014.

São Paulo (Município). Portaria nº 5.296, de 14 de agosto de 2015. **Diário Oficial [do] Município de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 15 ago. 2015. p. 11.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil**. São Paulo: Gobal, 2004

STREET, B. Los nuevos estudios de literacidad. In: ZAVALA, V.; NIÑO-MURCIA, M. AMES, P. **Escritura y sociedade**: nuevas perspectivas teóricas y etnográficas. Lima (Peru): Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, [1993] 2004.

STREET, B. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação, 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

VAZ, Sueli Aparecida. A expansão da AEL. **Revista Magistério**. São Paulo, SME / COPED, n. 11, p. 9-11, 2020.